



Poder Judiciário do Estado da Paraíba
Tribunal de Justiça
Gabinete da Desembargadora Maria das Neves do Egito de A. D. Ferreira

DECISÃO MONOCRÁTICA

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2014148-03.2014.815.0000

ORIGEM: 5ª Vara Mista da Comarca de Patos

RELATORA: Desª Maria das Neves do Egito de A. D. Ferreira

AGRAVANTE: Colégio e Curso Evolução Ltda

ADVOGADA: Waleska Hilário Trindade

AGRAVADO: Tânia Alves da Silva

AGRAVO DE INSTRUMENTO. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. PESSOA JURÍDICA. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DE PRECARIEDADE FINANCEIRA. RECURSO EM CONFRONTO COM A JURISPRUDÊNCIA PRETORIANA. ART. 557 DO CPC. NEGATIVA DE SEGUIMENTO.

- STJ: "A pacífica jurisprudência deste Tribunal Superior é no sentido de que à pessoa jurídica é possível a concessão do benefício da assistência judiciária gratuita somente quando comprovada a precariedade de sua situação financeira - mesmo se em regime de liquidação extrajudicial ou falência -, não havendo falar em presunção de miserabilidade. Precedentes." (AgRg no AREsp 570.332/DF, Relator: Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 21/10/2014, DJe 14/11/2014).

- Recurso a que se nega seguimento com arrimo no art. 557 do CPC.

Vistos etc.

Cuida-se de Agravo de Instrumento interposto por COLÉGIO E CURSO EVOLUÇÃO LTDA, cujo objetivo é reformar decisão proferida pelo Juiz de Direito da 5ª Vara Mista da Comarca de Patos, nos autos da ação monitória (Processo nº 0012339-35.2014.815.0251) movida contra TÂNIA

ALVES DA SILVA, que indeferiu o pedido de concessão de gratuidade judiciária.

O agravante argumenta que restou devidamente comprovado nos autos a necessidade da obtenção de tal benefício, requerendo, ao final, a concessão do efeito ativo.

É o relatório.

DECIDO.

Segundo o Superior Tribunal de Justiça, a "**Pessoa jurídica que deseje obter os benefícios da assistência judiciária gratuita deve comprovar a incapacidade financeira de arcar com as despesas processuais. Incidência da Súmula n. 481/STJ.**"¹.

No mesmo tom, eis outros precedentes daquela Corte:

AGRAVO REGIMENTAL EM AÇÃO RESCISÓRIA. JUSTIÇA GRATUITA. PESSOA JURÍDICA. SÚMULA Nº 481/STJ. 1. As pessoas jurídicas de Direito Privado, com ou sem fins lucrativos, devem comprovar o estado de miserabilidade para obter os benefícios da justiça gratuita, não bastando simples declaração de pobreza. 2. A recorrente não comprovou oportunamente o seu estado de miserabilidade, por esse motivo os benefícios da Lei nº 1.060/50 foram indeferidos. 3. Agravo regimental não provido.²

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. BENEFÍCIO DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. PESSOA JURÍDICA. COMPROVAÇÃO DA PRECARIEDADE FINANCEIRA. NECESSIDADE. 1. A pacífica jurisprudência deste Tribunal Superior é no sentido de que à pessoa jurídica é possível a concessão do benefício da assistência judiciária gratuita somente quando comprovada a precariedade de sua situação financeira - mesmo se em regime de liquidação extrajudicial ou falência -, não havendo falar em presunção de miserabilidade. Precedentes. 2. Agravo regimental não provido.³

¹ EDcl no AREsp 422.030/SP, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/11/2014, DJe 11/12/2014.

² AgRg na AR 3.751/PR, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 22/10/2014, DJe 24/10/2014.

³ AgRg no AREsp 570.332/DF, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 21/10/2014, DJe 14/11/2014.

No caso em discussão, não obstante o agravante afirmar que não possui recursos para custear as despesas processuais, sem dispor de meios indispensáveis à sua sobrevivência, não há nos autos provas nesse sentido, até porque os balancetes de f. 10/11 não informam o nome da empresa, tampouco a data ao qual se referem.

Nesse contexto, tendo em vista que a matéria já está pacificada na jurisprudência pretoriana, **nego seguimento ao agravo**, nos termos do art. 557 do CPC.

Intimações necessárias.

Cumpra-se.

João Pessoa/PB, 19 de dezembro de 2014.

Desª MARIA DAS NEVES DO EGITO DE A. D. FERREIRA
Relatora